

*Ata da 7ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,*

em 15 de abril de 2011.

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão proposta pelo Deputado Marcelino Galo, com a finalidade de comemorar a passagem do ***Dia Internacional da Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo***. Compuseram a Mesa dos trabalhos: o Deputado Marcelino Galo; o Coordenador Executivo da Coordenação do Desenvolvimento Agrário da Bahia, Luiz Anselmo Souza, representando o Governador Jaques Wagner; o Deputado Federal Valmir Assunção; o Delegado do Desenvolvimento Agrário da Bahia, Lourival Gusmão; o Superintendente do Incra, Luiz Gugé, representando o Ministro da Reforma Agrária; o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Márcio Matos; o Presidente da Associação dos Funcionários do Incra, Alberto Viana; a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Área Agrícola do Estado da Bahia, Dinorah Lobo; a representante do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas, Ednólia Moreira; o Líder dos índios Pataxós Hã-Hã-Hães, Gérson Pataxó; o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Aílton Queiroz Viana; o representante da Secretaria de Justiça, Reginaldo Silva; a representante da Defensoria Pública, Valmeire Dias Pimentel; e a Delegada Agrária Giovanna de Andrade, representando o Delegado-chefe da Polícia Civil. O Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão proposta pelo Deputado Marcelino Galo, com a finalidade de comemorar a passagem do ***Dia Internacional da Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo***. Em seguida, o MST fez a apresentação de uma Mística, encenando a violência no campo e relembrando a morte dos militantes da reforma agrária em Eldorado dos Carajás. O Deputado Marcelino Galo ao lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás - “Abril Vermelho” -, lamentou que os culpados ainda não tivessem sido punidos, de fato, e clamou por justiça (“as elites não esqueçam que nós queremos justiça no campo”) para que um massacre como aquele nunca mais se repetisse. Disse que a reforma agrária era estratégica para o desenvolvimento econômico do País, por permitir a consolidação da estabilidade econômico-financeira - “nenhuma Nação poderá ser próspera enquanto os seus trabalhadores rurais estiverem na miséria”. Defendeu uma reforma agrária ampla, descentralizada e democratizada para atender a função social da propriedade, evitar as tensões sociais e contribuir para incrementar a agricultura familiar, além de contribuir para a democratização política. Assim concluiu: “A reforma agrária será o resultado da nossa luta”. Viva o MST, a reforma agrária e o povo brasileiro. O Senhor

Márcio Matos, referindo-se à repulsa da sociedade brasileira ao massacre de Eldorado dos Carajás, conclamou o MST a “levar a luta pela reforma agrária a todos os cantos do País, através da ocupação da terra” para forçar o governo a fazê-la. Nesse sentido, registrou as dificuldades de funcionamento dos assentamentos criados nos últimos cinco anos e lembrou as atividades que o MST vinha realizando no mês de abril, inclusive a ocupação da Secretaria da Agricultura do Estado, visando discutir a pauta da reforma agrária. O Deputado Valmir Assunção, recordando o número de mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, o qual originou o reconhecimento do dia 17 de abril, como Dia da Luta pela Reforma Agrária (nacional e mundial), pediu justiça, assegurando que o sonho daquelas vítimas continuava vivo no coração e na mente dos que lutavam pela causa. Informou ao MST que das reivindicações que fizeram nem todas seriam contempladas, todavia, “a pauta que vai ser atendida vai ser combustível suficiente para continuarmos caminhando, ocupando, reivindicando e nos preparando para fazer a reforma agrária”. A Senhora Ednólia Moreira discorreu sobre as dificuldades para se fazer os assentamentos na Bahia e sobre a necessidade de se fortalecer os órgãos responsáveis por fazer a reforma agrária no Estado, citando o trabalho do Ceta e afirmando que “a nossa reforma agrária é o mais importante projeto de política pública que o Brasil e o Estado da Bahia têm” e iria contribuir para a redução da miséria. Por fim, conclamou os movimentos a se unirem pela concretização da reforma agrária, da justiça social no campo e da justiça por aqueles que tombaram. O Deputado Joacy Dourado, lembrando que ele também tinha uma história de vida no campo, fez referência ao trabalho que realizou pela reforma agrária, iniciado na década de 1960 no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), seguido do trabalho com Euclides Neto e do trabalho na CAR na administração do ex-Governador Waldir Pires, para desejar aos movimentos que lutam pela causa a buscarem o “combustível” para, através “do sangue daqueles que morreram em Eldorado dos Carajás” nortear a reforma agrária. A Deputada Neusa Cadore, solidarizou-se com o Movimento dos Sem-Terra, “um dos mais vigorosos do País”, pelo trabalho que desenvolviam para a concretização da reforma agrária e lamentou que no País, 70% das terras produtivas estivessem nas mãos de pessoas que não o abasteciam com a agricultura. Parabenizou o MST, dizendo: “nós somos chamados a fazer esta história, a história da verdadeira revolução no Brasil, que é todos termos direito aos bens, ao desenvolvimento sustentável [...]”. O Senhor Lourival Gusmão louvou o trabalho do Deputado Valmir Assunção pela reforma agrária, argumentando que a luta pela terra denotava 500 anos (a luta Quilombola, as Ligas Camponesas, Trombas e Formosos, o Movimento do Araguaia) e foi agravada em 1850 quando foram criados os grandes latifúndios. Chamou atenção para a necessidade de se mexer nas estruturas públicas do Estado, bem como de se debater o limite da propriedade e a compra de terras por estrangeiros. Enalteceu o trabalho do ex-Presidente Lula no combate à pobreza e a

afirmação da Presidenta Dilma Rousseff: “País rico é país sem pobreza”. O Senhor Aílton Viana destacou a importância da reforma agrária para o desenvolvimento econômico dos países (nenhum cresceu sem fazê-la). Falou que o esvaziamento do Incra enfraquecia o MST, haja vista ser aquele órgão um grande parceiro do movimento e, referindo-se à afirmação da Presidenta Dilma Rousseff, disse que os brasileiros só teriam um país rico e sem pobreza se o Governo investisse para fazer uma reforma agrária justa. O Senhor Presidente, Deputado Marcelino Galo, informou sobre o projeto que a Bancada do PT deu entrada no Congresso Nacional, visando que os Ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento normatizem a atualização dos parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, no máximo, a cada cinco anos, levando em conta o progresso científico e tecnológico da agropecuária no período. O Senhor Luiz Gugé, afirmando que a luta pela reforma agrária fazia parte do cotidiano profissional dele, disse que cabia ao Incra e ao Governo Federal fazê-la para resgatar a cidadania do grande contingente que não tem terra e só dela sabe sobreviver. Discorreu sobre os investimentos do Governo para os assentamentos, salientando a importância do resgate das famílias para dinamizar a economia dos municípios do entorno. Finalizou, desejando vida longa à reforma agrária e ao MST. A Senhora Dinorah Lobo ao destacar a urgência de se fazer a reforma agrária e reestruturar a Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrário (EBDA), solicitou o apoio dos parlamentares para a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Agricultura Familiar, Assistência Técnica, Pesquisa e Desenvolvimento do Estado. O Senhor Presidente disse-lhe que já havia encaminhado a esta Casa o requerimento que solicita a criação da frente parlamentar. O Senhor Alberto Viana declarou solidariedade à luta dos trabalhadores rurais pelo direito de trabalhar na terra e pelo desenvolvimento do campo e repudiou a criminalização dos movimentos sociais, ainda reinante no Brasil. Discorreu sobre o trabalho do Incra e sobre os exemplos exitosos de reforma agrária na Bahia, ao tempo em que pediu o apoio do Deputado Valmir Assunção no sentido de proteger os servidores do Incra e os trabalhadores rurais que estavam sitiados em Anapu, no Pará, ameaçados de morte pelos madeireiros, bem como pediu o apoio dos parlamentares para as reivindicações do Fórum Nacional de Reforma Agrária, elencando-as. O Senhor Gerson Pataxó destacou a importância da terra para a sobrevivência dos Pataxós Hã-Hã-Hãe e discorreu sobre as dificuldades, a discriminação e a violência que vinham enfrentando com a invasão da terra pelos produtores de cacau no Extremo Sul da Bahia, razão pela qual pediu a interseção das autoridades para que o Supremo julgasse a questão que se arrastava há 25 anos, tempo em que morreram 25 lideranças indígenas. A Senhora Valmeire Dias Pimentel, em nome da Defensoria Pública do Estado, disse que não era preciso haver derramamento de sangue para se garantir moradia digna, educação e saúde pública. Com essa preocupação a Defensoria criou o “Núcleo de Moradia Digna e de

Regularização da Situação da Terra”, lamentando, entretanto, que só houvesse um defensor para a atividade de promoção da justiça social. A Senhora Giovanna de Andrade agradeceu ao Incra, aos Quilombolas e aos trabalhadores rurais por terem contribuído para fazer dela uma pessoa melhor. Salientou o compromisso da Polícia Civil com a causa da reforma agrária, procurando se “especializar no tratamento dos conflitos decorrentes da luta pela terra”, para o que contam com um Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos. O Senhor Luiz Anselmo Souza, em nome do Governador Jaques Wagner, solidarizou-se com a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, “fundamental para socializar a terra e dar condições de sobrevivência ao homem”, citando as ações concretas do Governo da Bahia “em prol da melhoria da qualidade de vida dos companheiros que estão no campo”, viabilizando a produção agrícola dos reassentados para que possam viver com dignidade, bem como a disposição para efetivar as reivindicações do movimento pela reforma agrária. O Senhor Presidente, Deputado Marcelo Nilo, falou da luta do MST – “o movimento mais forte e consolidado na história do País” -, registrando que durante os vinte anos que estava na Casa, sempre ocupou a tribuna para defendê-los. Louvou a luta do Governador Jaques Wagner em defesa do movimento, bem como o empenho do Deputado Valmir Assunção. Em seguida, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –